



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8191 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA E O MILAGRE TECNOLÓGICO NA PANDEMIA: ENTRE A SERVIDÃO ECONÔMICA E A CORROSÃO POR DENTRO
Mariane Catanzaro - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA E O MILAGRE TECNOLÓGICO NA PANDEMIA: ENTRE A *SERVIDÃO ECONÔMICA* E A *CORROSÃO POR DENTRO*

O presente trabalho trata da formação continuada de professores da Rede Municipal do Rio de Janeiro, no cenário das recentes mudanças vinculadas à necessidade de adaptação imediata do trabalho docente ao uso das tecnologias digitais, tendo como marco a Pandemia 2020 em curso e seus impactos na Educação Básica.

Destacamos, desde já, o caráter preliminar das análises apresentadas, considerando que as questões levantadas aqui são parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no nível do doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja centralidade está na busca pela compreensão do quadro atual de reformas pedagógicas instituídas no Brasil e suas implicações na formação continuada de professores.

Em março deste ano, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro assinou o Decreto nº 47.282, determinando, dentre outras medidas emergenciais, com o de minimizar o avanço da disseminação do vírus COVID-19, o fechamento das escolas. Nesse cenário, as tecnologias digitais de comunicação e informação (TDCIs) foram tomadas como ferramentas indispensáveis ao trabalho docente e novos desafios se somaram a adversidades educacionais e sociais já proeminentes nos cotidianos escolares, ficando, os professores, convocados a elaborar atividades educativas em formato virtual.

Em meio a uma avalanche de cursos ofertados pelos diferentes níveis administrativos, com o objetivo de instrumentalização do trabalho docente, algumas preocupações nos afligem: primeiro, trata-se de um conjunto de ações que visam a consolidação abrupta (de viés universalizante) do uso das TDCIs nas atividades pedagógicas, impactando, de maneira decisiva, a formação continuada dos professores; segundo, esses cursos, embora tenham, aparentemente, objetivos técnicos, demonstram aderência a princípios preconizados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e corroboram com concepções e interesses mais amplos que estão por trás do seu processo de implementação, o qual conta com a formação dos professores como “elemento estratégico para materializar a pretendida reforma da educação básica”, tendo como norte a “formação do sujeito produtivo e disciplinado” (AGUIAR e DOURADO, 2019).

Desse modo, a fim de identificar e dar ênfase aos interesses e concepções que têm respaldado o processo recente de reconfiguração da prática docente, trabalhamos com a

perspectiva de análise crítica de documentos federais e municipais vinculados à formação continuada de profissionais da educação básica. Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, fundamentamos o nosso método de análise documental na Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2016).

Optamos pela seleção de documentos portadores de diretrizes, parâmetros ou critérios voltados diretamente à formação docente continuada ou que nessa grandeza repercutem. Em específico, foi nosso interesse identificar e analisar dois grupos distintos, porém complementares, de aspectos relacionados à formação de professores que vem sendo priorizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ), ou seja: o grupo que abrange as orientações quanto ao exercício das atividades remotas; e o conjunto das questões relativas aos interesses políticos disparados, local e globalmente.

O estudo feito teve como norte a busca por compreensões que nos ajudassem a responder a seguinte questão: quais os impactos das reformas pedagógicas na formação docente continuada na Rede Municipal de Ensino, no contexto de implementação da BNCC atravessado pela Pandemia 2020?

Nesse sentido, dialogamos com referenciais teóricos cujas as produções podem ser postas na perspectiva de duas dimensões que, para nós, se articulam nesse trabalho: a dimensão que abrange problemáticas amplas do campo educacional às quais implicam questões relativas ao campo das políticas públicas; e a dimensão que envolve o campo da formação docente.

As reflexões relacionadas à dimensão das políticas públicas tiveram como referências Antonio Gramsci (2019) e Theodor Adorno (1995), sendo nossos alvos as noções de *servidão econômica* e *corrosão por dentro*, formuladas pelos autores, respectivamente. Já as elaborações sobre formação docente se conectaram às contribuições teóricas que Tardif e Lessard (2014) trazem ao campo, especialmente por serem afirmativas da necessidade de valorização da autonomia profissional no exercício da profissão.

No panorama desta análise, vale salientar que a BNCC faz parte de uma agenda internacional interessada na definição de “um projeto de educação que esteja articulado com um projeto global de educação” que tem como objetivo central o fortalecimento de reformas educacionais com vista a atingir a “eficácia dos sistemas educacionais” (HYPÓLITO, 2019, p. 189). Entendendo que os interesses econômicos e políticos, implicados nessa agenda, situam-se acima dos pedagógicos, chama atenção o processo de padronização das políticas educacionais alinhadas à lógica mercantil neoliberal imposta globalmente, desconsiderando realidades e contextos. Os elementos condicionantes dessa lógica, no nosso ponto de vista, encontram-se submetidos a um tipo de *servidão econômica* internacional (GRAMSCI, 2000).

As práticas decorrentes desses esforços têm demonstrado investimentos ostensivos de adaptação imediata do trabalho pedagógico às propostas lançadas pela BNCC, por meio de ações formativas que podem ser entendidas como veículos de formatação da atuação do professor. Espera-se que as equipes docentes sejam capazes de adotarem “estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas”, reorganizando metodologias de abordagem dos conteúdos curriculares (BRASIL, 2017).

Os resultados introdutórios das análises documentais e a interpretação conjunta de outros discursos e ações indicam haver uma costura entre interesses políticos que vinham se sedimentando por meio das ações formativas de professores (coadunadas com os princípios da BNCC) e recentes interesses pela instrumentalização tecnológica da prática docente.

Concluimos que o ritmo acelerado imposto pela agenda da Coordenadoria de

Educação Básica da SME-RJ (desde o início deste ano letivo) tem inviabilizado o aprofundamento do debate sobre as mudanças em andamento. Esse aligeirado processo de adequação acrítica do trabalho do professor que, em bloco, objetiva colocar em prática os princípios preconizados pela BNCC, bem como o uso emergencial e inegociável das ferramentas digitais, em grande medida, nos leva a acreditar que estamos imersos num caldeirão de apreensões distorcidas e esquemáticas que, em diferentes níveis, tendem a comprometer os processos formativos emancipatórios, tanto docentes, quanto discentes, por meio de uma espécie de *corrosão por dentro* (ADORNO, 1995). Nesse movimento, destaca-se o gerencialismo que atinge, além dos currículos locais e das avaliações, a formação docente continuada.

Palavras-chave: Reformas Pedagógicas; Formação Docente Continuada; Base Nacional Comum Curricular; Pandemia 2020.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AGUIAR, M.A.S.; DOURADO, L.F. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. *Revista Retratos da Escola*. v. 13, n. 25, p. 33-37, jan./mai. 2019.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3: Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HYPÓLITO, A. M. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>
- MEC. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: MEC, 2017.
- RIO DE JANEIRO. DECRETO RIO Nº 47.282, de 21 de março de 2020.
- TARDIFF e LESSARD. O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.